



O Colegiado de Desenvolvimento Territorial na Escola do Campo: Relato de Experiência

Kenia Fabiana Cota Mendonça: Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas – UFVJM

Sorele Carpanez Veiga Corrêa: Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas – UFVJM

Ernandes José da Silva: Bacharel em Serviço Social

O projeto de extensão “Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET)” foi criado em 2014 pela Secretária de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e as Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Os NEDET’s atuaram nos Territórios da Cidadania, criados a partir de 2003, após uma década de execução da Política Territorial implantada pelo Governo Federal. Estes núcleos tiveram como finalidade promover a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural e para a articulação das políticas públicas integrantes da matriz

do Programa Territórios da Cidadania¹.

Os NEDET's, por meio da extensão, alavancaram o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, uma vez que a Extensão realimentou a comunidade acadêmica com problemas e informações sobre o contexto socioeconômico e ambiental dos territórios que estavam inseridos, trazendo subsídios para a reflexão em sala de aula e aprimoramento para as futuras ações de pesquisa e extensão.

No escopo deste projeto de extensão, destacaram-se os Colegiados Territoriais, órgãos de instância máxima dentro dos Territórios da Cidadania, que possuíam como representantes membros do poder público e da sociedade civil e buscavam fortalecer

a cultura política democrática de estreitamento nas relações entre o Estado e a sociedade.

Este artigo relata a experiência da extensão realizada no período de 01/02/2014 a 31/12/2016 do NEDET² junto ao Colegiado Territorial do Vale do Mucuri e teve como premissa a interação social que escutou, compreendeu e criou novos conhecimentos tanto para o saber acadêmico quanto para o saber popular.

O Vale do Mucuri

O Território da Cidadania do Vale do Mucuri abrange 27 municípios e atingiu, em 2010, 438.257 habitantes, sendo 65,98% correspondente à zona urbana, e 34,02% dos habitantes da zona rural, de acordo com a classificação do IBGE (2010). Contudo, utilizando a metodologia de classificação da população em rural e urbana proposta por Veiga

1. O Programa Território da Cidadania buscava acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, tendo como estratégia o desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2008). Jesus (2013) afirma que a constituição dos Territórios da Cidadania (TCs) partiram dos Territórios Rurais (TRs) que possuíam os maiores índices de pobreza, ou seja, aqueles com menor incidência socioeconômica foram priorizados.

2. O NEDET do Vale do Mucuri foi composto por doze membros da comunidade acadêmica da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni.



Figura 1: Povo Machacalis. Fonte: Marcelo Sant'Anna, 2016

et al (2001)³, tem-se que 26 municípios são rurais, ou seja, 328.181 habitantes do Vale do Mucuri residem em áreas rurais.

Este Território localiza-se na porção leste do Estado de Minas Gerais, onde se encontram grupos culturalmente diferenciados, compreendendo 16.612 famílias de agricultores familiares, 205 famílias assentadas (MDA, 2014), 19 comunidades remanescentes de quilombola (SILVA, 2010) e três terras indígenas descontínuas do povo Machacalis (FUNAI, 2014). Destaca-se, portanto, a diversidade e a inclusão frente ao desenvolvimento desta política pública que visou garantir o Impacto e a Transformação social dos envolvidos nas atividades extensionistas do NEDET.

Lopes e Gusmão (2012) observaram que o Vale do Mucuri tem uma das menores rendas *per capita*, uma das maiores proporções de pobres e alguns dos maiores índices de desigualdade de Minas Gerais, sendo a desigualdade de renda intramesorregional um indício para a incidência de pobreza na região.

Corroborando os autores e considerando a dimensão socioeconômica do Território, observou-se ainda que todos os municípios do Vale do Mucuri possuem indicadores inferiores à média de Minas Gerais, que atingiu 0,773, embora existam melhorias nos Índices de Desenvolvimento Humano entre os anos de 1991 e 2010 (IBGE, 2010). Deste modo, a implantação das políticas de desenvolvimento rural foi relevante para fomentar o dinamismo econômico da região.

O histórico do Colegiado

O Território da Cidadania do Vale do Mucuri foi idealizado em 2003 com a parceria do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri (AMUC), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER), Associação Regional Mucuri

de Cooperação dos Pequenos Agricultores (ARMI-COPA), Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

As plenárias do Colegiado Territorial do Vale do Mucuri inicialmente foram sediadas pela AMUC, que também coordenava as atividades do articulador territorial. Posteriormente, estas funções foram repassadas para a Associação Aprender a Produzir Juntos (APJ) que, acreditando no Programa Territórios da Cidadania, esforçou-se para manter um número mínimo de encontros anuais dos atores sociais do Vale do Mucuri.

No período de 2003 a 2008, não foram encontrados registros escritos de realização de plenárias do Colegiado. Já no período de 2009 a março de 2014, ocorreram 11 reuniões, com uma média de 3,6 plenárias por ano, excluindo-se os anos de 2011 e 2012, em que estas não ocorreram. Os principais assuntos discutidos nestes encontros foram os Programa de Infraestrutura da Agricultura Familiar (PROINF) e o planejamento e prestação de contas do articulador territorial.

No ano de 2009, as reuniões do Colegiado contaram com a participação média de aproximadamente 55 membros e a presença média aproximada de 18 dos 27 municípios pertencentes ao Território da Cidadania do Vale do Mucuri. Em 2010 e 2013, a participação média aproximada nas plenárias do Colegiado foi de 45 e 50 membros, representando 15 e 13 municípios, respectivamente.

Cabe ressaltar que, de acordo com relatos dos membros do território, as convocações para as plenárias eram seletivas, ou seja, nem todos os municípios eram convidados a participar, visto que existiam dentro do Território dois grupos políticos antagônicos e um destes grupos exercia influência nas decisões e convocações para as referidas plenárias.

No que diz respeito à periodicidade, as reuniões do Colegiado aconteciam conforme necessidade de aprovação de projetos como PROINF e a prestação

3. De acordo com Veiga *et al* (2001), o município é considerado rural quando a sua população for inferior a 50.000 habitantes e sua densidade demográfica for inferior a 80 hab./km².

de contas do articulador territorial e da base de serviços. Na prática, não existiam membros representantes oficializados e nem pauta para discussões mais amplas.

A chegada do NEDET no Colegiado Territorial

Inicialmente, os membros do NEDET Mucuri, ao apresentarem-se para as organizações da sociedade civil e entidades públicas, foram recebidos com desconfiança. Isto porque existia um grupo de pesquisadores da UFVJM que atuava junto ao Colegiado desde 2010.

Percebeu-se que por motivos políticos, de lealdade, de confiança ou pelas relações já estabelecidas com a equipe, que os atores sociais se sentiram receosos, no primeiro contato, em apoiar o NEDET. Contudo, no decorrer do primeiro ano de trabalho, os membros do Colegiado apreenderam ser possível mais de um grupo de pesquisa e extensão atuarem juntos ao Território.

Outro aspecto que inicialmente trouxe reservas entre alguns membros atuantes no Território para com a equipe do NEDET foi a fase de contratação dos assessores territoriais. Historicamente, dentro do Colegiado, os articuladores territoriais eram escolhidos por indicação. Contudo, a metodologia adotada para a contratação dos assessores, definida

pelos coordenadores dos NEDETs junto com a coordenação geral, foi a utilização de critérios mais objetivos. Procedimento este que não foi apoiado por alguns membros do Território.

Entretanto, a equipe do NEDET insistiu na referida metodologia pois, sabia-se que a utilização e a ampla divulgação de um edital para contratação dos assessores permitiria isonomia de tratamento entre os interessados pela assessoria, reduziria atritos que poderiam ser gerados pela escolha de um ou de outros dos indicados e possibilitaria a participação de assessores capacitados e autônomos para a execução das atividades propostas aos núcleos. Fatos, estes, que se comprovaram na prática.

Assim, foi somente a partir das visitas *in loco* (em sindicatos, associações, prefeituras, EMATERs, dentre outras instituições) realizadas nos 27 municípios do Vale do Mucuri que o NEDET passou a ser legitimado pelos membros do Colegiado. Foram realizadas, no mínimo, uma visita em cada um dos 27 municípios que contaram com a participação média, aproximada, de dez atores sociais por visita. Percebeu-se que o NEDET do Vale do Mucuri foi respeitado pelo trabalho que desenvolveu, considerado parceiro do Território da Cidadania do Vale do Mucuri e referência para seus aproximadamente 100 membros.

Figura 2: Plenária do Colegiado Territorial do Vale do Mucuri com a participação da sociedade civil e poder público.
Fonte: Ernandes José da Silva, 2015



Resumindo, pode-se afirmar que o NEDET do Vale do Mucuri passou por quatro fases distintas no período de sua atuação: (1) a busca por seu reconhecimento e legitimação junto aos membros do Colegiado; (2) período de conhecimento mútuo; (3) oposição de alguns membros do território em relação à política pública dos NEDETs; (4) legitimação do NEDET junto ao Colegiado.

As mudanças no Colegiado

O NEDET do Vale do Mucuri organizou e apoiou, contando com o ajuda da APJ, 23 plenárias Territoriais, sempre precedidas de reuniões com o Núcleo Diretivo. Foram realizadas 26 reuniões do Núcleo Diretivo para definição de pauta, distribuição de encargos e metodologias a serem utilizadas nestes encontros. Além destes, ocorreram 3 reuniões das Câmaras Temáticas do Território onde foram discutidas as funções de cada câmara, as principais prioridades de atuação e a elaboração de uma proposta de plano de trabalho por câmara.

O Colegiado do Vale do Mucuri possuía uma dinâmica própria para o desenvolvimento de suas atividades e a principal agenda pautava-se sobre o PROINF. Com o início das atividades do NEDET, ocorreu a desconstrução e, posterior construção de uma nova dinâmica e metodologia para

organização das assembleias colegiadas.

Em primeiro lugar, as agendas das reuniões do Colegiado passaram a ser, além do PROINF, o papel do Território da Cidadania do Vale do Mucuri; a política territorial; a forma de atuação do próprio Colegiado; a reformulação de regulamentos internos; a composição de câmaras temáticas; o programa Água para Todos e suas problemáticas; a Área de Preservação Ambiental, APA do Mucuri; o projeto piloto lançado pelo Governo do Estado de Minas Gerais para a Regularização Fundiária de alguns municípios do Vale, dentre outras.

Apesar de muitas vezes conflituosas, estas reuniões foram úteis tanto para os membros do Colegiado quanto para a equipe do NEDET, visto que neste espaço social ocorreu o aprofundamento nestas temáticas e os participantes tornaram-se mais capacitados.

A metodologia de organização da plenária e mobilização da mesma também mudaram, isto porque diferente da atuação do articulador, o NEDET do Vale do Mucuri atuava de forma coadjuvante, destacando sempre a autonomia e liderança do Colegiado. O objetivo da equipe do NEDET era que os membros do território fossem capazes de dar continuidade às atividades do



Figura 3 – Reunião da Câmara Temática Água e Biodiversidade do Colegiado Territorial do Vale do Mucuri.
Fonte: Ernandes José da Silva, 2015

Colegiado independentemente da existência ou não de articuladores ou assessores territoriais.

Assim, as convocações para reuniões eram realizadas por e-mail, que conforme debatido em assembleia do Colegiado, era a melhor forma de atingir todos os municípios e representantes do território. As plenárias passaram a ser coordenadas e secretariadas pelos próprios membros do Colegiado. Esta metodologia provocou os atores sociais a tomarem para si a responsabilidade pela realização das plenárias, dos problemas do Território e da necessidade de não somente encontrar soluções para estes problemas, mas também de implementarem ações coletivas que viabilizem a resolução dos mesmos.

Ainda, em reunião do Colegiado, ficou acordado que as plenárias passariam a ser realizadas mensalmente e, que seus membros fossem indicados obrigatoriamente pelos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) de cada município. A última iniciativa foi bem avaliada pela equipe do NEDET, visto que a indicação pelo CMDRS seria um fator aglutinador e de fortalecimento do território e dos próprios conselhos municipais. Deste modo, a assessoria pode direcionar seu trabalho com aval dos CMDRS e não líderes isolados que buscavam monopolizar a política territorial.

Importante destacar que as mudanças realizadas no Colegiado só foram possíveis devido as potencialidades internas do mesmo, destacando-se as Redes, tanto a Rede de Colegiados Territoriais, que vez ou outra se apresentava na figura de algumas lideranças, suas articulações e demandas de outros territórios, como as Redes de Economia Solidária, os Comitês de Bacias, as Federações e Confederações dos Sindicatos, entre outras. Estas redes permitiram de forma positiva um intercâmbio com âmbito maior ao do território, influenciando diretamente na tomada de decisões, mas até então pouco exploradas para o desenvolvimento do território.

Salienta-se, ainda, que os membros do Colegiado eram atores sociais articulados e com experiência no Programa Territórios da Cidadania e outras políticas públicas voltadas para os agricultores familiares. Neste sentido, o Colegiado desenvolveu a participação das instituições e lideranças que se tornaram um forte tecido social, com suas diversas articulações e conexões. Existia, ainda, um emaranhado de pequenos grupos e redes dentro do território, nas diversas áreas, que possibilitou o fortalecimento desse tecido.

As mudanças na academia

A equipe do NEDET pautava-se na premissa de que o projeto era uma oportunidade de troca de saberes entre os atores sociais envolvidos com o Território da Cidadania do Vale do Mucuri. Nesse processo, a equipe atuou como facilitadora/assessora, relacionando-se cooperativamente com o Colegiado, no sentido de contribuir para que refletissem sobre suas próprias preocupações, detectassem seus problemas e planejassem ações para a mudança de sua realidade social.

Portanto, a postura adotada pelos membros do NEDET Mucuri era de se abster frente às questões políticas dentro e entre os municípios e atores sociais do Vale. A equipe do referido NEDET, apesar da rotatividade, trabalhava bem em grupo e seus membros compartilhavam conhecimento e experiências entre si. Além disto, acreditavam no Programa Territórios da Cidadania e no projeto NEDETs, sendo portanto, representantes dessas ideias. O relacionamento interpessoal entre os membros da equipe foi pautado na confiança e honestidade e a relação da equipe com os membros do território pautado no respeito mútuo e diálogo.

O NEDET dialogava bem com os membros do território. A equipe não demonstrava preferências ou animosidades entre pessoas e instituições, todos eram tratados iguais e atentamente ouvidos. A facilidade de comunicação pôde ser considerada o ponto forte da equipe, pois permitiu que ideias fossem trocadas, apresentadas e, quando aprovadas,

acolhidas por outros atores do território.

Tratava-se de uma equipe multidisciplinar composta por sete discentes, dois docentes e três técnicos, constituída por contadores, administradores, cientistas sociais, assistentes sociais e agrônomos, fato este que permitiu diversos olhares, teóricos e metodológicos, sobre o mesmo objeto: o Colegiado do Território da Cidadania do Vale do Mucuri.

Como principais avanços podem-se citar o reconhecimento da agricultura familiar como foco de projetos de ensino, pesquisa e extensão; a visibilidade do Território da Cidadania do Vale do Mucuri pela comunidade acadêmica; e a aproximação dos membros do Colegiado à Universidade, visto que anterior ao início dos trabalhos do NEDET, a UFVJM era representada por somente um grupo de pesquisa.

Como desafio, menciona-se a ruptura do modelo de interação da UFVJM junto ao Colegiado, pois a Universidade era vista como uma instituição que atuava de maneira política com vistas a interferir nas decisões tomadas pelo Colegiado. O NEDET do Vale do Mucuri, por ter apresentando uma postura técnica e científica, rompeu com este estereótipo.

A UFVJM passou a ser vista como uma instituição de ensino voltada para formação, criação, divulgação e ampliação dos diversos níveis de conhecimentos; de pesquisa mediante o confronto da realidade com as necessidades da sociedade por meio da resolução de problemas; e de extensão, que realimenta a comunidade acadêmica com problemas e informações sobre o contexto socioeconômico do território ao mesmo tempo em que leva subsídios necessários para a reflexão e aprimoramentos do próprio território.

Quanto à participação e desenvolvimento dos profissionais do NEDET, pode-se afirmar que o conhecimento foi adquirido e compartilhado, pois era preciso dominar um amplo leque de temas, principalmente surgidos nas plenárias, para que a equipe pudesse desempenhar seu papel de assessoria

junto ao Território.

Neste sentido, os profissionais do NEDET aprenderam a associar os conteúdos teóricos à realidade do Território, formando assim, recursos humanos capazes de disseminar conhecimento sobre o Programa Territórios da Cidadania de uma maneira geral, mas também atentando para as minúcias e particularidades do Território da Cidadania do Vale do Mucuri.

Foi um aprendizado em que os profissionais não se pautaram somente na teoria, mas na sua aplicação através do conhecimento obtido junto aos membros do Colegiado por meio do diálogo, da participação, das relações estabelecidas, da valorização do saber e do conhecimento. Portanto, a formação da equipe pode ser descrita como um saber/conhecer contextualizado.

Os bolsistas participaram de qualificações, eventos, pesquisa de campo, reuniões do Colegiado, planejamento das atividades e redação de produção científica. Esse conjunto de atividades contribuiu para o desenvolvimento da visão interdisciplinar do acadêmico. A vivência proporcionada pelo NEDET representou um conjunto de experiências que complementaram as habilidades e competências do bolsista contextualizado em seu ambiente.

Considerações Finais

Percebeu-se que a assessoria do NEDET contribuiu para as atividades do Colegiado do Território do Vale do Mucuri, visto que organizou o funcionamento, ainda que precário, das suas instâncias, ponto de pauta constante em plenárias; o Colegiado passou a se reunir com maior frequência, o que fortaleceu e diversificou as discussões sobre a problemática territorial; elevou-se o número de municípios participantes no órgão, produzido pelo tratamento isonômico do NEDET; os atores sociais tornaram-se protagonistas nas plenárias; os membros do Colegiado obtiveram conhecimento sobre o Regimento Interno, o PTDRS, política territorial, plano safra, água, etc. Ademais, a carga de conhecimento

produzida será de grande valia para os envolvidos no projeto.

Ainda, o desenvolvimento do projeto NEDET fortaleceu a interação sociedade-universidade; a formação de recursos humanos com maior conhecimento e entendimento sobre a temática territorial; e despertou os discentes da UFVJM para as atividades de pesquisa e de extensão, demonstrando que uma universidade não é construída somente pelo ensino.

Uma característica a ser potencializada no Território da Cidadania do Vale do Mucuri é a capacidade de organização dos atores sociais e a disposição dos mesmos em buscarem melhorias para o território, contudo, muitas vezes desmotivados pela falta de resultados. Ainda, como potencialidade do território, observou-se o desejo por conhecimento dos membros do CODETER que eram conscientes de que este é de grande valia para as suas causas sociais.

A política territorial como foi sugerida e sempre lembrada por membros do território, deveria ser uma política construída de baixo para cima, que

ouviria as necessidades dos beneficiados. Uma boa política territorial deveria ser pensada, ouvindo e atendendo as necessidades do local onde ela será aplicada, pois dessa forma seria melhor aproveitada por seus beneficiários.

Assim, a política territorial enquanto um esforço para o desenvolvimento do território por meio da inserção e valorização da agricultura familiar estava aquém do desafio. Além disto, era pouco conhecida pela sociedade em geral, e precisava ser acolhida pela população para ganhar legitimidade no sentido de não se tornar refém de períodos políticos históricos no Brasil.

Diante de todo o exposto, pode-se afirmar que a implantação do NEDET no Vale do Mucuri representou uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos (professores, estudantes, técnicos, atores sociais, agentes públicos etc.), visto a gama de conhecimentos adquiridos e compartilhados no período de realização do projeto, não pautado somente na teoria, mas uma formação que pode ser descrita como um saber/conhecer contextualizado. ◀

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Institui o programa Território da Cidadania e dá outras providências**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm>. Acesso em: 19 abr. 2020.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). **Machakali**. Brasília: FNAE, 2014. Disponível em: <<http://prodoclin.museudoindio.gov.br/index.php/etnias/maxakali/povo>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Informações diversas. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=31&search=minas-gerais>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

JESUS, Clesio Marcelino de. **Desenvolvimento territorial rural**: análise comparada entre os territórios constituídos autonomamente e os induzidos pelas políticas públicas no Brasil e na Espanha. 2013. 289 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

LOPES, André Luiz Santos; GUSMÃO, Gisele de Cássia. **A relação entre pobreza e desigualdade na região norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2012. Disponível em: <<http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/seminarios/ecn/ecn-mineira/2012/arquivos/A%20RELA%C3%87%C3%83O%20ENTRE%20POBREZA%20E%20DESGUALDADE.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Vale do Mucuri – MG**. Brasília: MDA/SGE, 2014.

SILVA, Eva Aparecida da. Ser remanescente de quilombo em comunidades do Vale do Mucuri: reflexões preliminares de pesquisas. **Revista Identidade!** São Leopoldo, v. 15, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/identidade>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

VEIGA, José Eli da *et al.* **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.